



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680370 - MS (2021/0220323-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : FELLIPE PENCO FARIA E OUTROS
ADVOGADOS : MAURICIO NOGUEIRA RASSLAN - MS006921
FELLIPE PENCO FARIA - MS022185
BARBARA DE JESUS PALOMANES RASSLAN - MS022543
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : JESSICA SOUZA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JESSICA SOUZA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Processo n. 14066-64.2021.8.12.0000).

A paciente foi presa em flagrante no dia 6/5/2021 pela suposta prática dos crimes tipificados no art. 33 da Lei n. 11.343/06, no art. 16 da Lei n. 10.826/03 e no art. 180 do Código Penal, tendo sua prisão sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a custodiada é a única responsável por sua filha de 6 anos. Alega que a paciente preenche os requisitos legais dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, uma vez que "possui filha menor de 12 (doze) anos, os fatos não envolveram violência ou grave ameaça à pessoa, bem como o crime não foi cometido contra seu filho" (fl. 16).

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de deferir prisão domiciliar à paciente com ou sem aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão

do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta de informações prestadas pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Dourados à fl. 65 que:

Os indícios demonstram que a paciente, em tese, exercia o comércio de drogas na residência e, inclusive, teria se associado a detento da penitenciária para guardar as armas (uma espingarda calibre 12 municiada; um revólver calibre 357 municiado; uma pistola 9mm com seletor de rajadas e kit Roni) e o veículo furtado. Ressalto que a prisão domiciliar fora indeferida, haja vista os antecedentes criminais da paciente, que já fora presa em duas oportunidades anteriores por porte de armas de fogo e tráfico de drogas, com o mesmo modo de execução (autos 13189-73.2016 e 9056-51.2017). Logo, insiste na prática de crimes, o que evidencia a sua escolha pela vida errante, exteriorizando forte propensão, assim como desprezo ao cumprimento de regras elementares de convívio familiar. Destaco, por fim, que fora ordenada a realização de estudo psicossocial com a filha da paciente, que se encontra residindo com os avós maternos.

Dessa forma, há dúvidas sobre o enquadramento da condição da paciente, uma vez que a matéria não é pacífica na jurisprudência desta Corte e em alguns julgados indica possibilidade de configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Portanto, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido de liminar, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente